

A ALIENAÇÃO E O SOFRIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Renata Jacintho Siqueira de Moraes¹
Graziela Lucchesi Rosa da Silva²
João Henrique Rossler³

Resumo

Este artigo analisa a relação entre o processo de alienação presente na sociedade capitalista e o sofrimento do trabalhador, nos marcos do materialismo histórico-dialético, apontando o caráter social e histórico da constituição da sociedade, do sujeito e da subjetividade. Ancorada fundamentalmente na Psicologia Histórico-Cultural, nos teóricos Vigotski, Luria e Leontiev, bem como em intérpretes contemporâneos desses autores. A referida análise busca discutir o caráter objetivo do psiquismo, entendendo o trabalho como atividade constitutiva do homem, em contraposição a modelos explicativos que subjetivizam e individualizam esse sofrimento. Para tanto, estudou-se a categoria alienação em Marx, a influência do trabalho alienado no psiquismo humano e a relação deste com o sofrimento do trabalhador, compreendendo a dimensão e as conseqüências psicológicas do trabalho alienado.

Palavras-chave: Psicologia Histórico-Cultural. Alienação. Sofrimento.

¹ Psicóloga, graduada pela Universidade Federal do Paraná, mestranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Participa dos Grupos de Pesquisa – CNPq “Psicologia Histórico-Cultural e Educação” e “Educação e Marxismo – NUPE-MARX/UFPR”. Endereço eletrônico: remoraes.psicologia@gmail.com.

² Psicóloga, especialista em Teoria Histórico-Cultural, Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá e doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professora assistente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná – área de Psicologia e Educação. Participa dos Grupos de Pesquisa – CNPq “Psicologia Histórico-Cultural e Educação” e “Educação e Marxismo – NUPE-MARX/UFPR”. Endereço eletrônico: grazielaluc@hotmail.com.

³ Psicólogo, doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, na área de Psicologia e Trabalho. Participa dos Grupos de Pesquisa/CNPq “Estudos Marxistas em Educação” (UNESP) e “Psicologia, Educação e Trabalho” (UFPR). Endereço eletrônico: jhrossler@ufpr.br.

ALIENATION AND SUFFERING OF THE WORKMEN: CONTRIBUTIONS OF THE HISTORICAL-CULTURAL PSYCHOLOGY

Abstract

This article examines the relationship between the process of alienation in the capitalist society and the suffering of the worker, anchored in the historical and dialectical materialism and pointing to the social and historical constitution of society, subject and subjectivity. Fundamentally from the Historical-Cultural Psychology, specifically from Vygotsky, Luria and Leontiev as well as some contemporary interpreters of these authors, this review discusses the objective character of the psyche, understanding the work as a constitutive activity of man in opposition to explanatory models that subjectivizes and individualizes this suffering. For this purpose, it was studied the class alienation in Marx, the influence of alienated labor in the human psyche and its relationship with the suffering of the worker were studied, to understand the extent and the psychological consequences of this work.

Keywords: Historical-Cultural Psychology. Alienation. Suffering

Introdução

Na atualidade, uma das grandes demandas à ciência psicológica é a proposição de ações voltadas à relação trabalhador-mundo do trabalho, em especial ao sofrimento dos trabalhadores nesse contexto. Alguns dados explicitam tal necessidade: O Ministério da Saúde do Brasil (2001) aponta, segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), que os chamados transtornos mentais⁴ acometeriam cerca de 40 a 45% dos trabalhadores ocupados, ou seja, que estavam empregados em 2001. No Brasil, é factual a semelhança com os dados supracitados, já que, conforme o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), em 2006, o custo com auxílio doença para quem sofria de transtornos mentais e relacionados ao estresse foi de R\$ 90 milhões. No que se refere aos trabalhadores com registro formal, os transtornos mentais ocuparam a terceira posição entre as causas de concessão de benefício previdenciário como auxílio doença, de afastamento do trabalho por mais de 15 dias e de aposentadorias por invalidez no Brasil (MELLO *apud* VASCONCELOS & FARIA, 2008; MINISTÉRIO DA SAÚDE DO

⁴ Os transtornos mentais se equivalem a doenças, anormalidades ou demais comprometimentos de ordem psíquica ou mental, segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Desordens Mentais - DSM IV e a Classificação Internacional de Doenças - CID-10.

BRASIL, 2001). De acordo com dados divulgados pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), entre os anos de 2000 e 2005, registraram-se 114.789 casos de doenças relacionadas ao trabalho e pesquisas do Laboratório de Saúde do Trabalhador da Universidade de Brasília (UNB), que demonstraram um aumento de 260% do número de afastamentos por doenças mentais entre os anos de 2000 a 2006. Atualmente, cerca de 83 mil brasileiros se afastam todo ano, do trabalho, por problemas de saúde mental⁵ (FUNDACENTRO *apud* VASCONCELOS & FARIA, 2008).

Os estudos atuais da área da Psicologia Social, Psicologia do Trabalho e Psicologia Organizacional, com o enfoque na saúde do trabalhador, analisam essa realidade de diferentes maneiras e entendem a relação entre trabalho e sofrimento por meio de várias perspectivas⁶. Em sua maioria apontam para o aumento do número de casos de pessoas com sofrimento e o relacionam com a alta pressão social e psicológica pela qual os trabalhadores estão expostos na atualidade e pontuam que as difíceis condições de trabalho e de vida também podem estar relacionadas com psicopatologias como depressão, angústia, estresse, dentre outras (BORSOI, 2007; BRANT & MINAYO-GOMÉZ, 2007; VASCONCELOS & FARIA, 2008; SALIM, 2003; JAQUES, 2003; MERLO & LAPIS, 2007; BORGES & MARTINS, 2004).

⁵ Estes índices, que poderiam ser somados a tantos outros publicados pelos órgãos governamentais e institucionais, podem não revelar em números absolutos o sofrimento que acomete os trabalhadores na atualidade, mas dão indícios da premência de ações que atendam esta população.

⁶ A título de exemplo, Jaques (2003) aponta que haveria difundidas no Brasil quatro amplas abordagens psicológicas no estudo das relações entre saúde/doença mental e trabalho, a saber: as teorias sobre Estresse, as quais teriam ênfase nos pressupostos cognitivo-comportamentais; a Psicodinâmica do Trabalho, reconhecendo seus fundamentos psicanalíticos na concepção teórica, conceitual, de ciência e de pesquisa; estudos e pesquisas com base no modelo Epidemiológico e Diagnóstico; e as teorias que abordam as pesquisas em Subjetividade e Trabalho, tendo as duas últimas abordagens, segundo a autora, como fundamento a psicologia social histórico-crítica ou sócio-histórica, com prevalência para o diagnóstico psicopatológico ou para as experiências e vivências dos trabalhadores respectivamente. Jacques (2003) aponta que a diferenciação e classificação que elaborou das abordagens foi baseada especialmente nos pontos de acordo e desacordo entre as teorias com relação à ênfase atribuída ao trabalho no processo de adoecimento mental, como por exemplo: o trabalho como desencadeador de doenças, de acordo com as teorias sobre estresse; ou como um potencializador de problemas já existentes, conforme a psicodinâmica do trabalho. Dado os limites deste artigo, não discutiremos cada uma das abordagens citadas; contudo, ressaltamos que para avançar nas discussões acerca da saúde-doença do trabalhador é preciso ir além de questões fenomênicas e subjetivistas, reinantes na Psicologia, como já apontou Vigotski, no texto *O significado histórico da crise da Psicologia*. Avançar na discussão e nos enfrentamentos referentes ao sofrimento da classe trabalhadora exige, a nosso ver, o entendimento da categoria trabalho, conforme será discutido ao longo deste artigo.

Contudo, se há a necessidade de estudos que buscam enfrentar o sofrimento do trabalhador, é preciso olhar esta questão com atenção e criticidade para desvelar a dinâmica social instituída que propicia tal demanda. Não basta apenas reconhecer as difíceis condições de trabalho; é preciso, antes de tudo, entender as causas que levam a essa dinâmica. Compreender a raiz desta realidade significa superar o fenômeno em si e entender as condições concretas de vida que o compõem, a fim de poder transformá-las. Sem o reconhecimento das origens efetivas dos problemas vividos, reinam ações aligeiradas, superficiais e efêmeras, bem como explodem denúncias e críticas, as quais incorrem na impropriedade de responsabilizar indivíduos ou grupos por situações que vão além dos seus próprios limites, sem a análise do contexto que produz tal estado de coisas. (NAGEL, 1992).

Frente a esta realidade, compreende-se, a partir da Psicologia Histórico-Cultural, conforme desenvolvida por Vigotski, Luria e Leontiev e fundamentada no materialismo histórico-dialético, que o entendimento das causas do sofrimento dos trabalhadores demanda a investigação das bases materiais que desencadeiam tal processo. Ou seja, é essencial a análise da estrutura econômica – relações sociais de produção e forças produtivas materiais – da sociedade capitalista para apreensão de determinada forma de organização psíquica. Essa análise contrapõe-se aos modelos explicativos hoje hegemônicos na ciência psicológica que naturalizam, subjetivizam e individualizam o sofrimento, modelos esses também criticados por autores da Psicologia Histórico-Cultural.

Neste sentido, o presente artigo objetiva analisar, nos marcos do materialismo histórico-dialético, a relação entre o processo de alienação presente na sociedade capitalista e o sofrimento dos indivíduos-trabalhadores, apontando o caráter social e histórico da constituição da sociedade, do sujeito e da subjetividade. Para tal análise, é preciso, primeiramente, discutir os aspectos histórico-ontológicos do trabalho, ou seja, assumir o trabalho na dimensão ontológica, como categoria fundante da humanidade, e também na dimensão histórica, como trabalho alienado nos moldes do capitalismo. A partir de tal discussão, analisar-se-á as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para o enfrentamento desta situação.

O trabalho como constituinte do ser social e as relações de trabalho no sistema capitalista

Sob os fundamentos do materialismo histórico-dialético, Vigotski (s/d; 2004), Leontiev (2004) e Luria (1991) afirmam que a produção da vida humana ocorre pelo trabalho, este entendido como uma atividade social de intercâmbio (orgânico) entre homem e natureza, pela qual os homens produzem os meios de satisfação das suas necessidades. Atribui-se o adjetivo de social ao trabalho não somente pelo fato da convivência em grupo, ou seja, da socialidade e da cooperação social, mas, também, fundamentalmente, porque os objetos produzidos por essa atividade são exteriores ao homem (objetivações) e constituem seu ser social, sua vida genérica, como radicalmente distinta da esfera biológica. Enquanto os animais exercem sua atividade vital a fim responder a uma demanda instintiva, biológica unicamente, o homem ao intervir na natureza, transformando-a, modifica a si mesmo (LEONTIEV, 2004). Nas palavras de Marx (2008a), o trabalho “[...] É o processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2008a, p.211). Nessa ação, o ser humano “põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana” (MARX, 2008a, p.211).

Diferentemente dos animais, a esfera social passa a ser o fundamento determinante da atividade humana. Marx (2008a) explica que essa forma peculiar de diferenciação do homem⁷ no interior da natureza é possível, pois o

⁷ Leontiev (2004) explica que a passagem dos animais ao homem trata-se de um longo processo que compreende uma série de estágios. O primeiro estágio refere-se à *preparação* biológica do homem, do fim do período terciário ao início do quaternário, cujos representantes – os australopitecos – eram animais com vida gregária, que conheciam a posição vertical, utilizavam utensílios rudimentares e possuíam primitivos meios de comunicação. O segundo estágio designado de *passagem* ao homem contempla uma série de grandes etapas que vai desde o aparecimento do pitecantropo à época do homem de Neanderthal. É um estágio marcado pelo início da fabricação de instrumentos e pelas formas embrionárias de sociedade, sendo que a formação dos homens estava submetida às leis biológicas, ou seja, a formação estava determinada pelas alterações anatômicas, transmitidas pela hereditariedade. Contudo, novos elementos, sob influência do desenvolvimento do trabalho e da comunicação pela linguagem, começam a ser produzidos: modificações na constituição anatômica, do seu cérebro e órgãos do sentido, da sua mão e dos órgãos da linguagem, ou seja, “[...] o seu desenvolvimento biológico tornava-se dependente do desenvolvimento da produção. Mas a produção é desde o início um processo social que se desenvolve segundo leis sócio-históricas”

processo de trabalho implica necessariamente a unidade de três elementos: 1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a qual se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; e 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho. Em outras palavras, a unidade entre a posição do fim (prévia-ideação) e a busca dos meios - síntese de teleologia e causalidade (LUKÁCS, 1981). Portanto, uma atividade consciente, isto é, racional (racionalidade quanto aos fins, aos seus objetos e aos meios), ressaltando-se que sem a consciência não haveria trabalho tanto quanto sem trabalho não haveria a consciência.

O primeiro elemento do trabalho, a atividade adequada a um fim, refere-se que o homem emprega o conjunto de suas capacidades físicas e mentais – sua força de trabalho – para a criação de produtos úteis à vida humana⁸, pondo seu corpo numa relação com a natureza a fim de apropriar-se de seus recursos. No entanto, esta atividade não é aleatória ou espontânea, mas orientada a um fim (teleológica), o que implica o planejamento para sua execução. Isso significa que em sua atividade o homem realiza dois momentos inter-relacionados no processo de trabalho: o planejamento e a execução, isto é, inicia o trabalho com o projeto mental do produto, com uma noção do resultado de seu trabalho (KLEIN & KLEIN, 2008).

Se o trabalho humano é uma atividade originariamente social, calcada na cooperação entre indivíduos, supõe, assim, uma divisão social das funções do trabalho, mesmo que embrionária (MARX, 2008a; LEONTIEV, 2004; LURIA, 1991). A divisão do trabalho humano faz com que nem todas as atividades desenvolvidas, por cada indivíduo, atendam em si, imediatamente, às necessidades biológicas individuais.

(LEONTIEV, 2004, p. 280-281). O terceiro estágio representa o aparecimento do homem atual – o Homo Sapiens –, em que “[...] a evolução se liberta totalmente de sua dependência inicial para com mudanças biológicas inevitavelmente lentas, que se transmitem por hereditariedade. *Apenas* as leis sócio-históricas regerão doravante a evolução do homem” (p.281). Em outras palavras, o homem possui as propriedades biológicas necessárias para o seu desenvolvimento sócio-histórico, com isso podem avançar num ritmo desconhecido no mundo animal (LEONTIEV, 2004). Na base desta mudança qualitativa do ser natural social – dos primatas, passando pelos homínídeos até o surgimento do homem – está o trabalho.

⁸ Marx (2008a, p. 214) explica que “O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma”. E, prosseguindo, acrescenta “Valor-de-uso que é produto de um trabalho torna-se, assim, meio de produção de outro. Os produtos destinados a servir de meio de produção não são apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho” (MARX, 2008a, p. 215).

A decomposição de uma ação só é possível de ser realizada supondo que o sujeito que age tenha a possibilidade de refletir psicologicamente sobre a relação existente entre o motivo objetivo da relação e seu objeto, de modo que possa fazer sentido para o sujeito, ou seja, ter um fim consciente (LEONTIEV, 2004). Passa a existir, portanto, de maneira gradual, a separação entre a atividade e o objeto, e começa-se a tomar consciência também deste último para suas relações.

O segundo elemento necessário ao processo de trabalho é a matéria a qual se aplica o trabalho, o objeto de trabalho. A matéria existe antes e independente da vontade e da ação humana. Todas as coisas as quais o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com o ambiente natural constituem objetos de trabalho fornecidos pela natureza (MARX, 2008a). E para dominá-los o homem precisa conhecê-los. Ou seja, para realizar seu fim (objetivar sua prévia-ideação), necessita se apropriar dos nexos causais da realidade, sua causalidade, refleti-los em sua consciência. Em suma, precisa conhecê-los. Nesse processo o homem “virtualiza” o real, constituindo formas cada vez mais desenvolvidas, complexas, de reflexo (consciência de si e do mundo), a partir das quais opera sobre o mundo. Isto é, atua em seu intercâmbio orgânico com a natureza e demais homens mediado pelo reflexo psíquico consciente⁹.

O terceiro elemento, imprescindível ao processo de trabalho, são os meios de trabalho. Conforme explicado anteriormente, o trabalho humano, desde seu princípio, é marcado não somente pela utilização ou consumo da natureza para satisfazer suas necessidades, mas, também, pelo fato de ser voltado para a produção consciente de meios que possibilitem essa satisfação. Nas palavras de Marx e Engels, “o primeiro ato histórico é, pois, a *produção dos meios para a satisfação dessas necessidades*, a produção da própria vida material [...]” (MARX E ENGELS, 2007, p. 33 – grifos nossos).

Para ocorrer a relação entre o homem e o objeto de trabalho é necessário que ocorra uma mediação, ou seja, que exista um meio de trabalho. O instrumental de trabalho (os meios) seria o complexo de coisas que o trabalhador insere entre si e o objeto de trabalho (MARX, 2008a).

⁹ Para uma discussão mais aprofundada acerca das diferenças entre o reflexo psíquico animal e o reflexo psíquico consciente, humano, ver Leontiev (1978).

Desta maneira, a fabricação e o uso de instrumentos, assim como o processo de trabalho, podem ser desenvolvidos somente com a consciência de seu fim, bem como com o conhecimento do objeto sobre o qual se age e dos meios para essa ação. O instrumento, de certa maneira, é o portador da primeira verdadeira abstração e generalização humana consciente e racional, ou seja, da primeira forma de atividade consciente (LEONTIEV, 2004; LURIA, 1991). Nas palavras de Luria,

Por si só a atividade de elaboração da pedra carece de sentido e não tem qualquer justificativa em termos biológicos; ela adquire sentido somente a partir do uso posterior do instrumento preparado para a caça, ou seja, exige, juntamente com o conhecimento da operação a ser executada, o conhecimento do futuro emprego do instrumento. É esta a condição fundamental, que surge no processo de preparação do instrumento de trabalho, e pode ser chamada de primeiro surgimento da consciência, noutros termos, *primeira forma de atividade consciente* (LURIA, 1991, p. 76 – grifos do autor).

Neste caso, não somente as capacidades físicas humanas foram ampliadas e desenvolvidas pelo trabalho; as capacidades psíquicas sofreram o mesmo processo. Com o trabalho – e não sem ele, antes ou depois dele – tem-se a gênese do ser social. A invenção da linguagem, por exemplo, culminou no reequipamento do psiquismo, permitindo um maior desenvolvimento da atividade consciente¹⁰. O desenvolvimento da linguagem, da consciência e do pensamento estão intrinsecamente relacionadas, originariamente, à atividade produtiva dos homens, à comunicação material entre os homens. Para Marx e Engels (2007, p. 34),

[...] a linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercambio com outros homens.

¹⁰ Vigotski (2004) salienta que, consoante aos instrumentos que servem de mediadores na ação do homem sobre a natureza, a linguagem potencializa as funções psíquicas e se torna, no decurso do desenvolvimento do gênero humano, um instrumento psicológico, o qual se destina ao domínio dos processos próprios ou alheios. A linguagem, conforme ressalta Leontiev (2004), é considerada um dos instrumentos psicológicos mais importantes empregados para impulsionar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores - tipicamente humanas - tais como abstração, planejamento, memória lógica. Dentre os instrumentos psicológicos estão, além da linguagem, a escrita, os sistemas de contagem, as técnicas mnemônicas, os sistemas simbólicos algébricos, os esquemas, diagramas, mapas, desenhos e todo o tipo de signos convencionais.

Os instrumentos são, portanto, objetivações humanas que carregam em si o trabalho coletivo, por terem certo modo de uso e por serem elaborados no decurso de atividades produtivas coletivas. As relações de trabalho realizadas socialmente estão cristalizadas nos objetos, são conservadas pelo homem e conservam nele próprio o meio de ação que realiza. A relação do homem com o instrumento possibilita novas operações em cada uso, modificando a natureza, os meios e o próprio homem. Assim, o conhecimento humano mais simples, que se realiza na ação concreta do trabalho com a utilização de instrumentos, não se limita à experiência pessoal de um indivíduo, mas se realiza na base da experiência e da prática social (LEONTIEV, 2004).

A satisfação das necessidades primeiras – ação de satisfazê-las em conjunto com os meios desenvolvidos – conduziu o homem a novas necessidades. Desta maneira, o homem, ao produzir os meios necessários a sua sobrevivência, imprime uma realidade humana na natureza e humaniza a si próprio. Ao se apropriar da natureza para transformá-la, o homem objetiva-se nessa transformação, modifica a si mesmo nessa ação. Por conseguinte, essa atividade humana objetivada, ou seja, concretizada em um produto, passa a ser também objeto de apropriação pelos homens. Ou seja, o homem deve se apropriar daquilo que de humano ele criou (DUARTE, 1993).

Assim, o desenvolvimento histórico da vida humana se dá pela contínua transformação da natureza e apropriação dos objetos desenvolvidos, que, por sua vez, alavanca reiterações dos objetos físicos e espirituais. Esse movimento “gera, na atividade e na consciência do homem, novas necessidades e novas forças, faculdades e capacidades” (DUARTE, 1993, p. 35).

O desenvolvimento dos sentidos, da linguagem e da consciência continua mesmo após a separação definitiva do homem de seus antepassados primitivos e adquire, com o acúmulo da humanidade, formas cada vez mais complexas de elaboração. O crescente desenvolvimento da consciência, a capacidade de abstração e de discernimento estimularam o homem continuamente, em graus diversos nos diferentes povos e em diferentes épocas, sendo interrompidos ou mesmo retrocedidos em locais e tempos diferentes, mas avançando todos para um único sentido, por um elemento que surge, nas palavras de Engels (s/d), para o homem acabado: a sociedade.

Ao longo da história, para a produção social da vida, os homens desenvolveram, de acordo com suas necessidades, determinadas relações de produção, ou seja, relações humanas que correspondiam à etapa do desenvolvimento das forças produtivas materiais da época, fruto do trabalho humano. As relações de produção, segundo Marx (2008b), formam a estrutura econômica¹¹ da sociedade, sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem determinadas formas da consciência social. Assim, é o modo de produção material da vida que condiciona a vida social e não o contrário. O ser social é que determina a consciência dos homens¹².

Como já salientado, o processo de produção da vida e o desenvolvimento da sociedade demanda a realização do trabalho que, por sua vez, demanda a unidade da tríade: atividade consciente do trabalhador, objeto do trabalho e meios de trabalho (MARX, 2008a). A única possibilidade de o trabalhador realizar a produção dos meios de existência é operar sobre os objetos de trabalho, com o concurso dos meios de trabalho (KLEIN & KLEIN, 2008). Sob o capitalismo, no entanto, essa unidade entre o produtor direto e os meios de produção é cindida, já que neste modo de produção é factual a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho (MARX, 2008a; KLEIN & KLEIN, 2008)

No capitalismo, com a propriedade privada dos meios de produção e a divisão técnica do trabalho, na qual imperam relações sociais de assalariamento¹³, o acesso às riquezas materiais e simbólicas socialmente produzidas pela atividade de trabalho realizada pelo conjunto da humanidade, passa a ser restrito a apenas um grupo da população, a uma classe social: aquela que possui os meios de produção (MARX, 2008a). Desta forma, os

¹¹ Estrutura econômica significa o conjunto de relações sociais que produzem e reproduzem a vida. Em outras palavras, é o esforço da humanidade em prover sua existência, seus elementos sociais e culturais.

¹² Vale lembrarmos que a determinação da consciência do ser social refere-se ontologicamente ao momento originário, ao ponto de partida do processo, ao longo do qual a consciência, sendo social, passa também e simultaneamente a determinar objetivamente o ser social. A consciência é ser social: ser social consciente, que põe a sociedade como segunda natureza (objeto) para poder transformá-la.

¹³ Segundo Marx (1989, p. 101-102), "A mais baixa e a única necessária tabela de salários é aquela que provê à subsistência do trabalhador durante o trabalho e a um suplemento adequado para criar a família a fim de que a raça de trabalhadores não se extinga. Segundo Smith, o salário normal é o mais baixo que for compatível com a *simple humanité*, isto é, com a existência animal".

processos de apropriação das objetivações genéricas constituem-se, nesse contexto, como um processo de *alienação*.

Para entender o processo de alienação produzida por essas relações, Marx (1989) considera a alienação do trabalho sob quatro dimensões inter-relacionadas: 1) alienação do homem com a natureza; 2) a alienação do homem de si mesmo, da sua atividade vital; 3) alienação do homem com relação ao seu ser genérico; 4) a alienação do homem do homem.

O primeiro elemento da alienação expressa a relação do trabalhador com o *produto* de seu trabalho, que é ao mesmo tempo sua relação com o *mundo sensível exterior*, com os objetos da natureza (MÉSZÁROS, 2006). O ser humano domina a natureza nas suas relações, ou seja, ela é matéria-prima de seu trabalho e é por meio dela que se desenvolvem os meios para que o trabalhador possa viver. A relação entre o homem e a natureza é sempre mediada pelo trabalho, sua atividade vital (MÉSZÁROS, 2006).

Contudo, sob o capitalismo, a única propriedade que pertence ao trabalhador é a sua força de trabalho, já que a unidade entre produtor direto e os meios de produção é cindida pela expropriação, do trabalhador, da propriedade de seus meios de trabalho (MARX, 2008a). Conforme salientam Klein e Klein (2008, p.8),

[...] tem-se, pois, de um lado o capitalista, proprietário dos meios de produção e dos meios de subsistência, e de outro, o trabalhador expropriado de toda e qualquer propriedade, exceto uma única: a sua própria força de trabalho, vale dizer, seu corpo e sua mente.

A possibilidade de existência e reprodução do trabalhador depende do acesso aos meios de trabalho, possível, nos moldes do capitalismo, por meio de uma relação social entre capitalista e trabalhador, formalizada no contrato de assalariamento, que implica, por sua vez, na conversão da força de trabalho em mercadoria e sua venda ao capitalista (KLEIN & KLEIN, 2008).

Assim, na sociedade capitalista, a mão-de-obra do trabalhador necessita ser “livre”, por tempo determinado¹⁴, já que tem de manter sua força de

¹⁴ Marx (2008a) salienta que, bem como as outras mercadorias, a força de trabalho possui valor que também é determinado através do tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção e reprodução. Entretanto, tempo de trabalho varia, dentre outros fatores, de acordo com as condições naturais, o desenvolvimento tecnológico e a intensidade média do tipo de trabalho realizado, a qualificação da classe trabalhadora e os interesses da classe dominante.

trabalho como mercadoria, como sua única propriedade. O trabalhador, portanto, torna-se servo de seu objeto e “A culminação de tal servidão é que ele só pode manter-se como *sujeito físico* enquanto *trabalhador* e só é trabalhador enquanto *sujeito físico*” (MARX, 1989, p. 160 – grifos do autor). Eis que Marx (1989, p. 159) é contundente ao afirmar que o produto do trabalho – o trabalho que se objetivou num objeto – defronta o seu produtor como um ser estranho e alheio, como independente. Esta objetivação do trabalho aparece como “[...] *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *alienação*”.

Marx (1989) explica que, na sociedade capitalista, quanto mais o trabalhador se apropria pelo trabalho do mundo externo, da natureza sensível, tanto mais se priva dos meios de existência, porque o mundo externo sensível torna-se cada vez menos um objeto que pertença ao seu trabalho (o trabalho não pode viver sem objetos), mas sim, um meio de sua existência, no sentido imediato, ou seja, meio para a subsistência física do trabalhador. Nesta direção, “A culminação de tal servidão é que ele só pode se manter como sujeito físico enquanto trabalhador e só é trabalhador enquanto sujeito físico” (MARX, 1989, p.160).

O segundo elemento – a alienação do homem de si mesmo, da sua atividade vital – é a expressão da relação do trabalho com o *ato de produção* no interior do processo de trabalho, a relação do trabalhador com sua própria atividade (MÉSZÁROS, 2006). Segundo o autor, Marx denomina essa característica de “auto-estranhamento” ou “auto-alienação”, pois se o homem está alheio ao seu trabalho, e este é fundamental à sua constituição, podemos entender a “alienação” como alienação de si mesmo, “[...] dos poderes humanos do homem por meio de sua atividade produtiva” (MÉSZÁROS, 2006, p. 103).

Assim, no capitalismo, o trabalho aparece como alheio ao homem e não lhe oferece satisfação em si e por si mesmo, mas sim apenas em sua venda. Ou seja, não é a atividade em si que lhe proporciona satisfação, mas a propriedade abstrata dela: a possibilidade de vendê-la em certas condições

Há, portanto, um elemento histórico-moral na determinação do valor da força do trabalho, que a diferencia das demais mercadorias, já que a capacidade de trabalho depende em grande medida da organização das relações produtivas e de aspectos culturais.

(MÉSZÁROS, 2006). Com isso, o sentido dessa atividade desloca-se e passa a ser exterior a ela. O trabalho se torna, em si mesmo, desprovido de sentido.

O terceiro elemento da alienação do trabalho – a alienação do homem com relação ao seu ser genérico – está relacionado com a concepção, segundo a qual o objeto do trabalho é a *objetivação da vida da espécie humana*, pois “[...] ao não reproduzir-se apenas intelectualmente, como na consciência, mas activamente, ele duplica-se de modo real e intui o seu próprio reflexo num mundo criado por ele” (MARX, 1989, p. 165). Porém, o trabalho alienado fez do ser genérico algo estranho ao trabalhador, pois, quando foram tirados do homem os objetos de sua produção, o trabalho alienado, tirou-lhe também sua vida genérica.

Desta forma, Marx (1989) afirma que a alienação se expressa concretamente na vida do trabalhador quando, para ele, se torna impossível apropriar-se individualmente das construções do gênero humano em função das barreiras histórica e socialmente constituídas. No capitalismo ocorreu a transformação das objetivações humanas em mercadorias, o que impossibilitou o trabalhador de se apropriar de todas as dimensões do gênero humano, a não ser pela mediação do dinheiro, da troca, produzindo então, nesse caso, uma relação de alienação dos trabalhadores com relação às produções da humanidade.

O quarto elemento da alienação do trabalho é consequência imediata do homem estar alienado do produto de seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico; “*é a alienação do homem relativamente ao homem*” (MARX, 1989, p. 166 – grifo do autor). Segundo Marx (1989, p. 166), “a afirmação de que o homem se encontra alienado da sua vida genérica, significa que um homem está alienado dos outros, e que cada um dos outros se encontra igualmente alienado da vida humana”. Assim, a alienação do homem não está somente em relação à natureza, mas sim entre o homem e sua própria natureza (MÉSZÁROS, 2006).

Segundo Marx (1989, p. 197), sob relações de dominação, por meio da mediação da propriedade privada, todos os sentidos humanos passaram pelo processo de alienação, “[...] todos os sentidos físicos e intelectuais foram substituídos pela simples alienação de *todos* os sentidos, pelo sentido do *ter*”. Isso ocorreu porque os cinco sentidos não são simplesmente herança animal,

mas sim fruto de nossa natureza social: “O olho tornou-se um olho *humano*, no momento em que o seu *objecto* se transformou em *objecto humano*, social criado pelo homem para o homem” (MARX, 1989, p. 197). Assim, da mesma forma como os produtos humanos tornaram-se alienados, nossos “órgãos sociais” tornaram-se externos ao homem, alheios a ele.

Em uma sociedade dividida em classes¹⁵, com a apropriação privada dos meios de produção, as produções humanas passaram a pertencer somente a uma única classe: a burguesia. Ainda segundo Marx e Engels (s/d, p. 23), a burguesia “fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade de comércio”.

É nesse contexto histórico-social de vida e de trabalho que podemos buscar elementos para compreender o sofrimento que hoje, em grandes proporções, acomete a maioria dos trabalhadores.

O processo de alienação e o sofrimento da classe trabalhadora na sociedade capitalista

Vigotski (s/d) afirma que da mesma maneira em que a sociedade, por estar dividida em classes, não representa um único e uniforme todo, a composição das personalidades humanas não representa algo homogêneo. Assim, para ele, é “[...] o caráter de classe, a natureza de classe e as distinções de classe que são responsáveis pela formação dos tipos humanos” (VIGOTSKI, s/d, p.2). Isso quer dizer que “as várias contradições internas, as

¹⁵ Marx & Engels (s/d) ressaltam que a história da sociedade humana sempre foi marcada pela luta de classes, entretanto, explicam que em nossa época, a burguesia caracteriza-se por ter simplificado esse antagonismo “em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado” (MARX & ENGELS, s/d, p. 22). Pontuamos que, mesmo com o passar dos anos, essa análise marxista ainda se conserva em suas bases. Reafirmamos esse fato com a intensa concentração de renda por uma parcela pequena da população e o crescente empobrecimento da outra parcela, fenômeno que se agrava como mostra os dados do *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano das Nações Unidas*, segundo o qual “o 1% mais rico do mundo auferiu tanta renda quanto os 57% mais pobres. A proporção, no que se refere aos rendimentos, entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres no mundo aumentou de 30 para 1 em 1960, para 60 para 1 em 1990 e para 74 para 1 em 1999, e estima-se que atinja os 100 para 1 em 2015. Em 1999-2000, 2,8 bilhões de pessoas viviam com menos de dois dólares por dia, 840 milhões estavam subnutridos, 2,4 bilhões não tinham acesso a nenhuma forma aprimorada de serviço de saneamento, e uma em cada seis crianças em idade de frequentar a escola primária não estava na escola.” (MINQI LI *apud* MÉSZÁROS, 2005, p. 74).

quais se encontram nos diferentes sistemas sociais, encontram sua expressão acabada tanto no tipo de personalidade quanto na estrutura do psiquismo humano de um período histórico determinado” (VIGOTSKI, s/d, p.2).

Essa ruptura entre sujeito e sociedade, fruto da alienação do trabalho, e a conseqüente cisão na construção social da essência humana, de sua personalidade, pôde nos auxiliar na reflexão da gênese do adoecimento psíquico da classe trabalhadora.

Asa Cristina Laurell (1982), médica mexicana, estudou o caráter histórico social da doença, seja ela mental ou de outra natureza¹⁶. Segundo a autora, a abordagem exclusivamente biológica e individual de compreensão da doença mostrou-se insuficiente para análise de processos coletivos de adoecimento que, claramente, estavam vinculados à classe social dos indivíduos. Laurell (1982) analisou as doenças não como um fenômeno abstrato, mas sim existente de forma material em indivíduos concretos, que estão inseridos em uma sociedade de classes. Além disso, pontuou a necessidade de observarmos a doença como um processo, compreendendo-a, por uma questão metodológica, a partir da relação dialética saúde-doença.

Conforme Laurell (1982), para compreender o caráter da doença (social ou biológico) deve-se observar sua conceituação, a partir de uma análise do momento histórico em que se vive. Assim, para a autora, na sociedade capitalista, o conceito de doença está centrado na biologia individual, fato que lhe retira seu caráter social. Isso se deve a ideologia que naturaliza o processo saúde-doença, culpabilizando, muitas vezes, o sujeito individualmente por seu adoecimento (LAURELL, 1982). Ainda nas palavras da autora, “o fato de que o conceito de doença tenha um componente claramente ideológico não quer dizer que seja falso, senão que é parcial, isto é, que não deixa ver além de uma parte da problemática” (LAURELL, 1982, p. 10).

Desta forma, o processo de saúde-doença da coletividade, ou melhor, dos indivíduos de uma classe, é entendido como um processo que engloba a materialidade do sujeito, portanto, seus processos biológicos, porém compreendendo-o também a partir de sua historicidade, já que são socialmente

¹⁶ Laurell (1982) estudou a epidemiologia e a incidência de várias doenças na classe operária como: câncer, doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, do sangue e dos órgãos hematopoiéticos, doenças mentais, doenças do sistema nervoso, do sistema circulatório, respiratório, entre outras.

determinados; que o desenvolvimento biológico humano é mediado pelo social (LAURELL, 1982).

Para Laurell (1982, p. 12), o processo saúde-doença é social, “na medida em que não é possível focalizar a normalidade biológica do homem à margem do momento histórico”. Isso se expressa, por exemplo, na impossibilidade de padronizar a-historicamente a duração do ciclo vital humano, já que este se apresentou diverso em diferentes épocas. Assim, se a “normalidade’ biológica define-se em função do social também a ‘anormalidade’ o faz” (LAURELL, 1982, p. 12).

As considerações da autora reforçam, de fato, nosso entendimento acerca do caráter histórico e social do sofrimento dos trabalhadores e de sua relação com os processos de alienação.

Para Martins (2007, p. 130), a alienação representaria um fenômeno composto por dois aspectos indissociáveis: “as condições socioeconômicas que lhe dão origem e os efeitos e processos gerados nos indivíduos por conta da sua ação”, representando, portanto, os dois níveis de sua expressão: o nível sociológico e o nível psicológico.

Monteiro (*apud* MARTINS, 2007) demonstrou que a alienação é um processo tanto passivo, ou seja, determinada pelas relações capitalistas, quanto ativo (efetivado pelo sujeito), no sentido da reprodução dessas relações pelos próprios indivíduos, em todas as suas manifestações e, em particular, em sua consciência. Segundo Martins (2004, p.98),

[...] a cisão criada pela alienação no interior da personalidade acaba por opor a atividade psicológica a si mesma, posto que os universos de significação social e pessoal que co-habitam no indivíduo se tornam cada um deles o instrumento de negação do outro, comprometendo de forma decisiva a articulação entre as principais dimensões da atividade humana, isto é, entre suas dimensões objetiva e subjetiva.

A partir desses pressupostos, Martins (2004) utiliza a formulação do sociólogo norte americano Seeman, para propor uma caracterização teórica dos processos psicológicos decorrentes da alienação, por meio da descrição de cinco formas pelas quais essa alienação se apresentaria subjetivamente nos indivíduos. Formas essas as quais, por sua vez, podem nos auxiliar na

compreensão das vivências subjetivas da classe trabalhadora, dos processos de alienação a que está submetida.

A primeira forma que expressaria a alienação no nível psicológico é o “sentimento de falta de poder”, ou “sentimento de impotência”. Esse sentimento seria fruto da ideologia que impossibilita ao indivíduo a percepção dos determinantes sociais de sua vida, originados nas “sucessivas exposições a situações de inibição, proibição, negação e pressões do ambiente, impeditivas do desenvolvimento das capacidades necessárias à auto-gestão de sua vida” (MARTINS, 2007, p, 131).

A segunda forma proposta, denominada “sentimento do absurdo”, consiste na baixa expectativa ou na falta desta, em função da pouca probabilidade dos indivíduos executarem os seus projetos. O distanciamento do indivíduo singular do gênero humano e a alienação do homem em relação a outros homens, conforme explicado anteriormente, levaria os indivíduos “a um certo grau de desapego com relação ao meio, que culmina no isolamento, incentiva as fantasias, bem como a idealização de projetos que não são seguidos de ações concretas” (MARTINS, 2007, p. 131-132). Nesse sentido, os acontecimentos na vida do sujeito são sempre entendidos como casuais, eventuais, pois não conseguem compreender as relações de determinação e causalidade nas relações sociais.

A terceira forma de expressão da alienação foi chamada de “isolamento”. Essa forma equivaleria à desesperança, em conjunto a uma valorização negativa dos objetos e valores sociais, pelo mesmo motivo da forma anterior, visto que a sociedade e os grupos sociais estão cada vez mais alheios ao indivíduo.

Interligada as anteriores, a quarta forma foi denominada de “auto-estranhamento” ou “auto-alienação”. Essa forma de alienação levaria o sujeito a procurar fora de si o sentido pessoal de sua vida e de seu trabalho, produzindo uma eleição alienada de suas “recompensas” e sua restrição ao dinheiro. O que levaria a “uma seleção viciada, cega, da experiência em relação aos valores, normas, significados e sentidos pessoais” (MARTINS, 2007, p. 132), já que esses valores pessoais, além de distantes, seriam ideológicos e, portanto, trazidos de outra realidade social.

O quinto tipo de manifestação psicológica da alienação teria estreita ligação justamente com essa falta de “normas”: a anomia. Esta seria conseqüência do distanciamento do sujeito das produções genéricas e do ideário ideológico, advindas “das circunstâncias de opressão que ao se tornarem insuportáveis para os indivíduos levam ao rompimento de seus vínculos com o sistema ao qual pertencem” (MARTINS, 2007, p. 132).

A coerência psicológica necessária entre o indivíduo, sua personalidade e sua vida, em função do sentimento de impotência, do sentido do absurdo, do isolamento e do auto-estranhamento, é então dissolvida. E por esse processo, a individualidade converte-se em individualismo (MARTINS, 2007).

De acordo com Martins (2007, p. 132), “todos esses tipos de alienação vão promovendo o empobrecimento, o esvaziamento dos valores essencialmente humanos, ampliando cada vez com mais propriedade as possibilidades para a fetichização dos indivíduos e de suas relações”, o que pode levar ao adoecimento psíquico desses sujeitos.

A autora reafirma que, embora Seeman apresente apenas uma caracterização inicial e não uma teoria completa e elaborada sobre a dimensão da alienação nos processos psicológicos, sua formulação pode contribuir para compreendermos o flagelo da essência humana e a possível correlação dessas expressões psicológicas da alienação com o que tem sido observado nos processos de adoecimento mental, no interior da sociedade contemporânea.

[...] A personalidade alienada, ou a alienação em seus níveis psicológicos, expressa-se como se fosse um *duplo* da pessoa, que pouco a pouco ocupa seus gestos, suas reações, seus pensamentos e sentimentos, gerando a muda aceitação, a resignação e o conformismo da pessoa ou o seu fracasso, expresso em diferentes formas de sofrimento psicológico (MARTINS, 2007, p. 133).

A ciência psicológica e sua visão hegemônica sobre o processo de sofrimento da classe trabalhadora

A partir dos pressupostos de Vigotski (2004) de que a Psicologia não se constitui como uma ciência única, com um único objeto de estudo, é possível entender que o processo de sofrimento seja explicado de maneira não

uniforme, dissociada. O autor explica que essa fragmentação em várias abordagens e estas diferenças nas análises entre as teorias psicológicas é fruto da divisão existente no interior da sociedade de classes, na sociedade burguesa. Para ele, a divisão entre essas teorias parte da distinção dos interesses produzidos pela oposição das classes e por consequência dos seus posicionamentos: o papel ideológico disfarçado de fato científico. Vigotski (2004) salientou, ainda, que a psicologia, de um modo geral, não buscou entender o desenvolvimento humano a partir de uma análise histórica e social. E que mesmo partindo de pontos epistemológicos diferentes recorreu aos mesmos erros: a individualização e naturalização dos processos psíquicos.

Tuleski (2004) afirma a atualidade da crítica de Vigotski e mostra que a psicologia, por sua gênese reacionária vinculada ao desenvolvimento da burguesia, buscou ininterruptamente explicar os processos psicológicos a partir da vertente científica natural e idealista, que, por um lado, objetivava e, por outro lado, subjetivava o psiquismo, o que levou a uma crença de que os “problemas” psicológicos eram individuais e inerentes ao sujeito. A autora explica essa condição burguesa da psicologia que,

[...] por seu caráter a-histórico, estabelece ou generaliza, por um lado, ao conjunto da sociedade as características psicológicas de uma determinada classe (a burguesa), estabelecendo estágios de desenvolvimento (motores, afetivos, cognitivos) que independem da origem social ou cultural dos indivíduos e, por outro, psicologiza as diferenças originárias das diferenças de classe por meio da ideologia dos talentos e inclinações naturais que justificam, entre outras coisas, a própria divisão do trabalho e as possibilidades de ascensão dos indivíduos na hierarquia social. Não é difícil aqui, identificar diferentes correntes que, embora acenem com diferenças marcantes entre elas não fogem deste núcleo comum (TULESKI, 2004, p. 127).

Esse “núcleo comum”, que a autora se refere, consiste exatamente no caráter individualizante e naturalizante dos problemas psicológicos (TULESKI, 2004). Nesse sentido, as teorias psicológicas em sua maioria, não fazem sua análise observando a sociedade como uma sociedade de classes. Essa escolha metodológica implica na individualização dos problemas, pois não se identifica uma causa social e histórica, comum ao adoecimento de um conjunto de trabalhadores, pertencente a uma mesma classe. O fato de milhares de indivíduos da classe trabalhadora padecerem das mesmas doenças, como explicitado anteriormente, aparece como casual, sem a devida compreensão

da determinação do meio em que o sujeito vive (OLIVEIRA, 2005). Laurell (1982, p. 3) se contrapõe a essa forma de investigação e afirma que “a natureza social da doença não se verifica no caso clínico, mas no modo característico de adoecer e morrer dos grupos humanos”.

A naturalização dos problemas psicológicos, por sua vez, pode ser entendida pela falta de historicização das análises psicológicas advindas das principais correntes dessa ciência. Nota-se que a Psicologia, na maioria das vezes, na investigação da origem do adoecimento psíquico busca compreender o que ocorreu na vida do sujeito singular, limitando-se a sua história de vida, a sua ontogenia. Não se investiga a gênese do adoecimento psíquico na história da humanidade, nem ao menos a história da classe social a qual o sujeito pertence.

Leontiev (2004, p. 279) alerta que a análise a-histórica, “com um grosseiro exagero, do seu papel, serviu de fundamento teórico às teses pseudobiológicas mais reacionárias e mais racistas”. Em oposição a essa idéia, o autor pontua, ainda, que uma investigação “desenvolvida pela ciência progressista, parte, pelo contrário, da idéia de que o homem é um ser de natureza *social*, que tudo o que tem de humano nele provém da sua vida em *sociedade*, no seio da *cultura* criada pela humanidade” (LEONTIEV, 2004, p. 279). Assim, as contradições da vida, bem como as desigualdades entre os homens, não provêm de suas diferenças biológicas naturais. Segundo o psicólogo russo Leontiev (2004, p. 293), elas seriam o

[...] produto da desigualdade econômica, da desigualdade de classes e da diversidade consecutiva das suas relações com as aquisições que encarnam todas as aptidões e faculdades da natureza humana, formadas no decurso de um processo sócio-histórico.

Outro problema encontrado em muitas teorias psicológicas consiste na subjetivação dos problemas psíquicos, ou seja, a localização e atribuição do sofrimento psíquico ao “interior” do próprio sujeito. Luria (1991) nos auxilia na compreensão dessas análises, explicando que devido às raízes da Psicologia na filosofia idealista e em função da influência da Igreja no seu início, os fenômenos psicológicos foram visto, durante séculos, isolados de sua materialidade, isto é, considerados como manifestações divinas ou resultantes

de sensações subjetivas. As teorias psicológicas calcadas na filosofia idealista compreendem, muitas vezes, a via psíquica como uma manifestação de um mundo subjetivo especial, que podia ser revelado somente na auto-observação e, portanto, inacessível às análises objetivas ou à explicação científica (LURIA, 1991).

Deste modo, a Psicologia irá dividir seus fenômenos entre físicos e psíquicos, internos e externos, fragmentando o sujeito, desconsiderando sua totalidade e dividindo a própria ciência psicológica. Vigotski (2004) afirma que a dicotomia entre mente e corpo e a ausência da historicização no entendimento do desenvolvimento do sujeito, a qual leva a naturalização dos processos psicológicos, explicitam e reforçam a contribuição da psicologia para o conjunto da ideologia burguesa, que pretende não trazer à tona as contradições que a sociedade de classes produz.

Leontiev (2004) reafirma o caráter ideológico das ciências psicológicas apresentada por Vigotski (2004) e explica que a concentração de riquezas materiais nas mãos de uma única classe faz com que se acompanhe também a concentração da cultura intelectual e da ciência nessas mesmas mãos:

[...] como a maioria dominante possui não apenas os meios de produção material, mas também a maior parte dos meios de produção e de difusão da cultura intelectual e se esforça por os colocar a serviço dos seus interesses, produz-se uma estratificação desta mesma cultura (LEONTIEV, 2004, p. 294).

E continua,

Enquanto no domínio das ciências que asseguram o progresso técnico se verifica uma acumulação rápida de conhecimentos positivos, no domínio que toca ao homem e a sociedade, à sua natureza e essência, às forças que os fazem avançar e ao seu futuro, nos domínios dos ideais morais e estéticos o desenvolvimento segue duas vias radicalmente diferentes. Uma tende para acumular riquezas intelectuais, as idéias, os conhecimentos e os ideais que encarnam o que há de verdadeiramente humano no homem e iluminam os caminhos do progresso histórico: ele reflete os interesses e as aspirações da maioria. A outra tende para criação de operações mais cognitivas, morais e estéticas que servem ao interesse das classes dominantes e são destinados a justificar e perpetuar a ordem social existente, em desviar as massas da sua luta por justiça, igualdade e liberdade, anestesiando e paralisando sua vontade. O choque destas duas tendências provoca aquilo que se chama *luta ideológica* (LEONTIEV, 2004, p. 294-295 – grifos do autor).

Desta forma, Leontiev (2004) nos dá base para explicitar a limitação da ciência burguesa, em geral, e da ciência psicológica, em específico, para compreender os processos de sofrimento dos trabalhadores em sua totalidade. Assim, entendemos que, uma Psicologia que pretenda investigar profundamente as causas do sofrimento da classe trabalhadora, deve buscar sua gênese na origem da contradição entre capital e trabalho e desmistificar quaisquer idéias que primam por individualizar e naturalizar esses problemas.

A luta contra essas idéias, a denúncia da sua essência antipopular e reacionária, não tem simplesmente uma aplicação teórica e abstrata; ela é indispensável para abrir caminho das idéias da democracia, da paz e do progresso da humanidade (LEONTIEV, 2004).

É a partir dessa reflexão que apreendemos como as diversas ciências que não possuem o compromisso com a emancipação humana, neste caso em especial, as teorias psicológicas que servem aos interesses da burguesia, podem compreender o trabalho como mero elemento mediador do ser humano com a sociedade e não como categoria essencial para sua existência. Essa falta de compreensão do ser humano como um ser social, faz com que se intensifique a dicotomia entre indivíduo e sociedade. Nesse sentido, qualquer ação desenvolvida pela psicologia, que esteja atrelada à visão que fragmenta e dissocia a subjetividade humana e o trabalho, inviabiliza uma psicologia que seja instrumento da aproximação do indivíduo singular ao gênero humano. O que, no limite, só corrobora a intensificação da alienação.

Enfrentamentos do sofrimento da classe trabalhadora: contradições, limites e possibilidades

A partir do exposto, compreendemos que a intervenção psicológica na resolutividade do sofrimento dos sujeitos em seu trabalho encontra limites nas condições materiais de nossa sociedade. Isso significa que a busca pela superação desse problema não ocorrerá exclusivamente pelas intervenções realizadas pelos profissionais desta ciência, visto que essa, como salientado, está imersa nas relações alienadas desta mesma sociedade e, principalmente,

porque são necessárias condições objetivas econômicas, sociais e políticas para essa transformação.

Como a alienação não é somente um processo que se expressa na consciência, mas sim condição objetiva de estranhamento real do indivíduo em seu processo de trabalho, bem como um distanciamento entre o indivíduo e o gênero humano, sua superação poderá ocorrer somente por meio de transformações concretas na estrutura do sistema que fornece a base das relações de classe e assalariamento (MÉSZÁROS, 2006).

Dialeticamente, no entanto, nesta mesma sociedade estão dispostos os elementos necessários a sua superação, o que significa que uma ciência revolucionária pode contribuir para a organização de meios subjetivos de compreensão e enfrentamento da contradição entre capital e trabalho.

Acreditamos, entretanto, que a ciência psicologia, em especial a Psicologia Histórico-Cultural, pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias que explicitem aos trabalhadores as contradições da sociedade capitalista e os auxiliem na tomada de consciência acerca dos processos de alienação, de modo a intervir sobre o sofrimento que acomete hoje à classe trabalhadora (MARTINS, 2007).

Isso significa que,

[...] apenas à medida que os indivíduos puderem retornar para si o controle consciente das transformações das circunstâncias e de si mesmos, estarão a caminho da necessária prática revolucionária, condição essencial na superação da alienação (MARTINS, 2007, p. 137).

Esse processo implica que o sujeito aprenda a reconhecer a totalidade de suas determinações, o que motiva sua ação, seus sentimentos e seus pensamentos, colocando-os em relação com suas conseqüências reais, para si e para os demais. É por meio da análise dessas articulações que as expressões ideológicas da alienação poderão ser identificadas, reconhecidas e assumidas, entretanto, não mais de forma passiva, mas sim criticamente (MARTINS, 2007).

Em uma época em que a ideologia neoliberal assola o saber científico e o coloca ainda mais a mercê de uma produção descomprometida, reforçamos a importância de estudos no campo da psicologia que busquem localizar as

bases reais da subjetividade humana, para que possamos cada vez mais contribuir para a emancipação do saber científico e da classe trabalhadora.

Referências

BORGES, Hélio; MARTINS, André. Migração e sofrimento psíquico do trabalhador da construção civil: uma leitura psicanalítica. **Physis: Rev. Saúde Coletiva**, 2004, Rio de Janeiro, 14(1): 129-146.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. **Psicologia e Sociedade**, 2007. Edição especial 1: 103-111.

BRANT, Luiz Carlos; MINAYO-GOMÉZ, Carlos. Dispositivos de transformação do sofrimento em adoecimento numa empresa. **Psicologia em Estudo**, 2007, Maringá, vol.12, n3, p.465-473.

DUARTE, Newton. **A individualidade para-si**: contribuições a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas, SP: Autores Associados, 1993.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. v. 2. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

JQUES, Maria da Graça. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & Trabalho. **Psicol. Soc.** 2003, vol.15,n.1,p.97-116. ISSN 0102-7182. doi: 10.1590/S0102-71822003000100006.

KLEIN, Lígia Regina; KLEIN, Bianca. **Considerações críticas às noções de habilidade e competência, reivindicadas em propostas curriculares contemporâneas**: relações entre trabalho, direito e educação, 2008.

LAURELL, Ana Cristina. **A saúde-doença como processo social**. Revista Latinoamericana de Salud, v.2, p. 7-25. Trad. E. D. Nunes. México, 1982.

LEONTIEV, Aléxis N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

LUKÁCS, G. **II Lavoro**. Capítulo I do segundo tomo de "Per una Ontologia dell'Essere Sociale. Roma: Editori Riuniti, 1981 (tradução livre para o português de Ivo Tonet e disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/6973967/Gyorgy-Lukacs-Trabalho-Para-uma-Ontologia-do-Ser-social>>.

LURIA, A. R. A atividade consciente do homem e suas raízes histórico-sociais. In: **Curso de Psicologia Geral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 1979. p.71-84.

LURIA, Alexander R. **Curso de psicologia geral**: linguagem e pensamento. vol. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARTINS, Lígia Márcia. A natureza histórico-social da personalidade. **Caderno CEDES**, Campinas, SP, v. 24, n. 62, p. 82-99, 2004.

MARTINS, Lígia Márcia. **A formação social da personalidade do professor**: um enfoque vigotskiano. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do partido comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, s/d. MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. v.I. Trad. Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

MARX, Karl. **Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política**. [1859] Marxists Internet Archive, mar. 2007. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio_crit_eco_pol.htm> Acesso em: 13 ago. 2008b.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo; LAPIS, Naira Lima. A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho. **Psicologia & Sociedade**; 19 (1): 61-68, jan/abr. 2007.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, Istvan. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NAGEL, Lízia Helena. Educação. IN: **Apontamentos**. Maringá, nº 09, p. 1-13, novembro/1992.

OLIVEIRA, Betty. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, Ângelo Antonio, SILVA, Nilma Renildes da e MARTINS, Sueli Teresinha Ferreira (orgs.). **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SALIM, Celso Amorim. Doenças do trabalho: exclusão, segregação e relações de gênero. **São Paulo em Perspectiva**, 17(1): 11-24, 2003.

TULESKI, Silvana Calvo. Reflexões sobre a gênese da Psicologia científica. In: DUARTE, Newton (org). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

VIGOSTKI, Lev Semenovitch. **A transformação socialista do homem**. s/d. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/cont/subjetividade_vigotski.doc>. Acesso em: 04 /11/09. (Trabalho original de 1930).

VIGOTSKI, Liev Semiónovich. **Teoria e método em psicologia**. Trad. Claudia Beliner. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.